

JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA  
INFORME SEBIB Nº 39/15

A Seção da Biblioteca recebeu o seguinte periódico:

REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO Nº 113 – mai/2015  
*SUMÁRIO*

- A processualização da extinção do vínculo do servidor estável – *Rafael Carvalho Rezende Oliveira*
- Exigibilidade de procedimento administrativo na dispensa de servidor público – *Elói Martins Senhoras e Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz*
- O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da Administração Pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público – *Emerson Affonso da Costa Moura e Juliana Campos Maranhão*
- Servidor público municipal celetista estável pode ser demitido de forma imotivada – *Gina Copola*
- O uso do pregão para licitar bens complexos – Distorção da modalidade licitatória – *Ricardo Silva das Neves*
- Acumulação de cargo público com mandato eletivo de vereador – *Victor Aguiar Jardim de Amorim*
- O contingenciamento de dotações orçamentárias e o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SISCSP) – *Leandro Luis dos Santos Dall’Olio*

REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO Nº 114 – jun/2015  
*SUMÁRIO*

- Indisponibilidade de bens segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) – *Helio Rios Ferreira*
- Indisponibilidade de bens na Lei de Improbidade Administrativa – *Daniel Coelho e Thiago de Paula Carvalho*

- O conflito entre o princípio da indisponibilidade do interesse público e o devido processo legal na improbidade administrativa: *Standards* para aplicação da indisponibilidade de bens do indiciado – *Emerson Affonso da Costa Moura*

- Cargos e empregos em comissão, e o terceiro regime – A Constituição, aposentadoria e desligamento – *Ivan Barbosa Rigolin*

- Maioridade penal e criação de vagas ao encarceramento de condenados com dezesseis e dezoito anos – Câmaras de julgamentos para retirar a competência – por prerrogativas de função – das Cortes Superiores, aproveitando a estrutura da “Justiça” Militar nos Estados. A assunção de julgadores aos Tribunais – *Caio Sérgio Paz de Barros*

O exemplar está disponível para consulta dos interessados  
Salvador, 06 de novembro de 2015